

Cooperação, Estado e Sociedade Civil na educação/formação em São Tomé e Príncipe

António José Oliveira Martelo

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Centro de Estudos Africanos – IUL, Portugal

antonio.martelo@gmail.com

Resumo

São Tomé e Príncipe tem beneficiado de um elevado número de ações de ajuda, assistência técnica e financeira na área da educação/formação. Porém, estas políticas centralizadoras têm revelado resultados insuficientes e estão aquém das metas propostas. Contudo, organizações da sociedade civil do arquipélago, utilizando apenas recursos endógenos, ou recorrendo à ajuda no quadro da cooperação descentralizada, vêm promovendo ações e encontrando “outras” respostas para a educação/formação, formal e informal do país, na luta contra a pobreza, na promoção do *empowerment* e no desenvolvimento das comunidades locais. Com base em resultados da investigação em curso, pretendemos discutir a complementaridade entre: Estado e sociedade civil; cooperação pública, centralizada, e cooperação civil, descentralizada, no quadro da educação/formação em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: cooperação, educação, formação, sociedade civil, desenvolvimento, São Tomé e Príncipe

*Cooperation, state and civil society in education
and training in São Tomé e Príncipe*

Abstract

São Tomé e Príncipe has been benefiting from many assistance initiatives, as well as technical and financial aid in the area of education and training. But these centralising policies have been having insufficient results and have failed to meet targets. However, using local resources or international help, civil society organisations have come into the spotlight with their activities and have been finding new solutions for formal and informal education and training, the fight against poverty, the promotion of empowerment and the development of local communities. Based on the data from this research, we discuss the complementarity between the state and civil society, public (centralised) cooperation and civil (decentralised) cooperation in education and training in São Tomé e Príncipe.

Keywords: cooperation, education, training, civil society, development, São Tomé e Príncipe

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento têm vindo a ser objeto de inúmeros debates e discussões, sobretudo em torno da sua eficácia e impacto nos países recetores.

Na verdade, no início deste terceiro milénio ninguém parece verdadeiramente satisfeito com o estado da cooperação para o desenvolvimento. Os resultados de quatro décadas de investimento vêm-se traduzindo em fracassos significativos, particularmente para os beneficiários, não conduzindo à emancipação oficialmente pretendida e muito menos ao desenvolvimento idealizado.

A última década tem sido pautada por fortes críticas à cooperação internacional para o desenvolvimento, não só pela diminuição dos montantes da ajuda, como pela forma de atuação que tem conduzido a resultados insuficientes ou mesmo desfavoráveis, em alguns casos.

Perante esta realidade, especialistas e operadores da cooperação têm vindo a propor formas alternativas de orientação e de atuação estratégica, de modo a reforçar as capacidades internas dos recetores e a promover a melhoria dos impactos positivos dos projetos.

Instituições públicas locais (através dos municípios) e organizações da sociedade civil (nomeadamente ONGD, grupos de cidadãos, fundações e instituições religiosas) têm implementado, com a participação das populações para quem é dirigida a ajuda, a denominada cooperação descentralizada.

A cooperação internacional para o desenvolvimento tem vindo a assumir formas mais descentralizadas e mais orientadas para a concretização das estratégias de desenvolvimento definidas endogenamente.

A cooperação descentralizada, pública e civil, pela sua flexibilidade e maior proximidade dos cidadãos, tem vindo a reforçar a sua importância no quadro da cooperação e ajuda internacional para o desenvolvimento, nomeadamente na área social, com projetos de apoio à luta contra a pobreza e na melhoria da educação e formação dos países recetores da ajuda. A sua crescente intervenção no quadro da cooperação internacional perspectiva, cada vez mais, uma alternativa válida e complementar à cooperação oficial e centralizada.

Tendo por base os pressupostos apresentados e no âmbito do projeto em curso “O papel das organizações da sociedade civil na educação e na formação: O caso de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe” propomos uma sintética abordagem à realidade santomense resultado do trabalho de campo até à data realizado.

A realidade santomense

A educação e formação de recursos humanos são setores prioritários nas políticas de desenvolvimento em África, em São Tomé em particular, e, conseqüentemente, na política de cooperação internacional.

Quer os documentos estratégicos de luta contra a pobreza no arquipélago, quer as preocupações internacionais expressas nos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM) dão destaque à importância da educação/formação de recursos humanos para o desenvolvimento.

Face às carências do setor educativo santomense o recurso à ajuda externa, através dos parceiros da cooperação internacional, tem sido permanente ao longo dos trinta e sete anos de independência. Esta vem atuando em diversos setores do sistema educativo, com ajuda material e financeira, com apoio à docência e formação, à organização e gestão, a campanhas de alfabetização, entre outros.

Esta ajuda tem sido desenvolvida no âmbito de protocolos e programas de cooperação firmados entre o governo santomense e os governos de diversos países, e ainda, diversas organizações internacionais.

Por razões de ordem histórica e cultural, a cooperação Portugal/São Tomé e Príncipe tem tido um peso importantíssimo no quadro da ajuda externa ao arquipélago, nomeadamente no apoio às estruturas educativas santomenses com o envio de professores, formação de docentes, atribuição de bolsas de estudo e apoio técnico variado. Um exemplo do peso da cooperação portuguesa na educação reflete-se nas adaptações (e semelhanças) que os responsáveis santomenses têm feito do seu sistema educativo ao sistema português.

Apesar dos esforços empreendidos pelos sucessivos governos do arquipélago, há ainda um longo caminho a percorrer na procura da melhoria da qualidade da oferta educativa de modo a ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento económico e social e ao combate à pobreza.

Os compromissos assumidos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm levado os sucessivos programas de governo a reproduzir permanentemente o discurso político do combate à pobreza, invocando a melhoria da educação e da saúde como áreas de intervenção prioritária e necessitadas de reformas e intervenção profunda. Porém, a incapacidade financeira do Estado (apesar das significativas ajudas externas) e a fraca capacitação para a promoção de políticas concertadas para o setor educativo refletem-se na quase ausência de respostas às necessidades de educação/formação.

O sistema educativo do país apresenta graves carências estruturais, que se manifestam na ausência de respostas significativas, quer para a juventude, quer para a população do país, no sentido de lhes proporcionar competências válidas para a melhoria económica e social.

A permanente conflitualidade político/partidária e as mudanças constantes na governação têm impedido a concretização e a consolidação de políticas reformistas para o setor.

A paz em São Tomé e Príncipe é baseada na desigualdade e na submissão e não na democratização das relações de poder sendo que a maioria da juventude enfrenta a marginalização e a exclusão social, o desemprego, a falta de acesso à educação de qualidade e aos processos de decisão política.

O exemplo de São Tomé e Príncipe é significativo quando verificamos que, apesar das ajudas internacionais, um número significativo

de santomenses não beneficia ou não tem acesso à oferta de formação/educação. As populações mais afetadas são, sobretudo, as mais desfavorecidas do arquipélago.

Os constrangimentos do sistema educativo santomense são diversos e as respostas às necessidades educativas do país limitadas: a oferta educativa a todos os níveis (incluindo o ensino básico obrigatório) é fraca; há carência de infraestruturas educativas, de recursos humanos qualificados e financeiros, de manuais atualizados; os programas estão obsoletos; verifica-se uma desarticulação dos diferentes níveis de ensino e pouca flexibilidade estrutural para a progressão escolar.

As escolas sentem permanentemente uma falta de apoio em todos os aspetos: equipamentos e mobiliário, material escolar e educativo, recursos didáticos e financeiros que possam satisfazer minimamente a gestão diária.

O desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a procura de espaços de ensino é cada vez maior. A realidade tem vindo a evidenciar a disparidade entre os decrescentes recursos estatais e o crescimento rápido da população escolar.

As limitações quantitativas e qualitativas do parque escolar são enormes. O excesso de alunos por turma, aliado à fraca qualificação dos professores e à carência de materiais de suporte ao ensino (manuais e outros materiais didáticos), tem tido um enorme peso na fraca qualidade de ensino ministrado nas escolas.

A fraca equidade entre rapazes e raparigas, o elevado número de retenções, o forte abandono escolar sobretudo das raparigas, a fraca expectativa familiar em relação à escola (para o que a degradação da educação também muito contribui), a deficiente estrutura da rede escolar que impede a maioria dos alunos de completarem o ensino secundário, têm levado a que aqueles que completam o ensino pré-universitário sejam uma pequena minoria.

O ensino técnico-profissional é pouco significativo, apesar do interesse de que esta modalidade de ensino se reveste no quadro do processo de desenvolvimento económico, e as oportunidades de formação são muito escassas ou quase inexistentes.

A deficiente articulação entre a escola e o mundo do trabalho não permite que esta seja verdadeiramente útil ao processo de desenvolvimento económico do país ou consiga provar a sua relevância. Como tal, as comunidades comportam-se como se a escola fosse um corpo estranho inserido no seu seio.

As políticas centralizadoras da educação/formação do país têm conduzido a resultados insuficientes e estão longe de atingir as metas propostas.

Com o objetivo de melhorar os índices da educação/formação, as populações e grupos da sociedade civil têm vindo a assumir um crescente protagonismo, procurando respostas alternativas para as suas necessidades de formação e educação. A criatividade dessas respostas

vem variando em função das respectivas políticas educativas e do local (urbano/rural) onde se encontram. Nesse processo, encontramos múltiplos atores: comunidades locais, ONGD nacionais e estrangeiras, instituições religiosas, empresas, entre outras.

Nos últimos anos temos vindo a assistir, em São Tomé e Príncipe, à proliferação de organizações da sociedade civil e projetos de intervenção e cooperação que têm como áreas prioritárias de intervenção o combate à pobreza, a educação e a formação de recursos humanos.

O papel das organizações da sociedade civil

- Poderão as organizações da sociedade civil (utilizando apenas recursos endógenos ou recorrendo à ajuda no quadro da cooperação descentralizada) promover ações e respostas alternativas, complementares e inovadoras para a educação/formação (formal/não formal) no país, na luta contra a pobreza, na promoção do *empowerment* e no desenvolvimento das comunidades locais?
- Em proximidade com as comunidades locais, estas organizações nas iniciativas que promovem vão de encontro às metas dos ODM: na luta contra a pobreza; desigualdades sociais; relações de conflito e género (com destaque para a violência); na integração social dos excluídos e no exercício da cidadania?

A investigação em curso procurou, privilegiando a análise das iniciativas levadas a cabo pelas organizações da sociedade civil e pelas comunidades de base que se enquadram na denominada cooperação descentralizada, encontrar respostas a estas questões.

Das noventa e oito ONG inscritas na Federação das ONG santomenses, trinta e sete têm nos seus “pressupostos” iniciativas na área da educação/formação.

Destas, identificámos as organizações em atividade e com projetos que previam desenvolver iniciativas na área da educação/formação.

Visitámos vinte e seis projetos com recolha de informação.

Realizámos uma análise exaustiva dos projetos selecionados de acordo com os critérios pré-estabelecidos: durabilidade; dimensão dos projetos; sustentabilidade; certificação; efeitos no mercado; dependência externa.

Da aplicação destes critérios resultou a seleção de três organizações da sociedade civil que foram objeto de estudos de caso:

- Associação para Reinserção das Crianças Abandonadas e em Situação de Risco [ARCAR].
- Escola de Campo de Artes e Ofícios de Diogo Vaz – Projeto Educativo de Natcultura.
- Projeto das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição – Neves.

As três OCS apresentam como objetivos: a promoção da formação escolar e profissional com vista à integração na vida ativa; o ensino informal; a atuação em locais formados por populações em situação de pobreza extrema. De entre as iniciativas por elas levadas a cabo, destacam-se:

- Ações de sensibilização subordinadas a temas como: igualdade de género e direitos das mulheres; cuidados básicos, higiene, alimentação; educação e cidadania; violência doméstica; alcoolismo; programas de microcrédito.
- Cursos de alfabetização e formação, cuidados primários.
- Projetos em diferentes áreas de formação: artesanato, agricultura/apicultura, costura, informática, inglês, carpintaria e padaria.

A sua oferta formativa vai no sentido de promover o desenvolvimento de competências através da educação/formação tendo em vista a integração dos jovens adultos na vida ativa e a promoção do *empowerment* das comunidades locais.

A análise destes três estudos de caso permitem-nos concluir que:

- Estas organizações têm oferecido respostas alternativas, inovadoras e complementares às políticas estatais na área da educação e formação (formal e não formal) do país;
- Desempenham um importante papel na luta contra a pobreza, contra a exclusão social, promovendo maior equidade, apresentando práticas educativas e formativas, na educação básica e na formação prática, perante as frágeis respostas por parte do Estado central;
- Promovem o desenvolvimento mais ajustado aos contextos em que estão inseridas, procurando dotar os alunos/formandos com conhecimentos e competências necessárias para conseguirem o emprego ou AUTOEMPREGO e terem um rendimento que lhes permita a sustentação diária;
- Promovem o *empowerment* das comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento;
- Respondem a metas dos ODM: a) erradicar a pobreza extrema e a fome; b) alcançar a educação primária universal; c) promover a igualdade de género e capacitar as mulheres.

Questões finais /Reflexões

Os excluídos são sobretudo do mundo rural, das periferias.

Tendo em conta que estas organizações atuam em comunidades locais muito específicas (urbanas-periferia/rurais), a componente “participação/complementaridade” é muito importante para a educação/formação.

As OCS têm desafios que exigem uma reflexão aprofundada sobre o seu papel e formas de atuação junto das comunidades em que se inserem, trabalhando não numa perspetiva centralizadora mas em parceria com o Estado central. Elas ajudam a: a) Repensar o próprio modelo de escola para o mundo rural; b) Repensar o modelo de formação/educação de acordo com o contexto local em que se inserem; c) Encontrar alternativas curriculares ao modelo formal.

As OSC podem dar um importante contributo para o processo educativo/formativo em São Tomé e Príncipe, na perspetiva da melhoria social e económica das populações na luta contra a pobreza. Pelo facto de trabalharem em projetos micro (escola-escola), são-lhes permitidas abordagens muito mais interessantes do terreno (local); a comunicação com os membros das comunidades e com o próprio poder local é mais eficaz e há um maior envolvimento no processo de desenvolvimento; conseguem identificar os principais constrangimentos dos marginalizados da educação (género, pobreza...).

No seu trabalho de complementaridade e parceria com o Estado, as OCS detêm um importante conhecimento quanto ao modo de trabalhar com esta franja de marginalizados.

Os projetos no âmbito da cooperação descentralizada na área da educação/formação (formal/informal) são alternativas à cooperação oficial (formal), onde poderão obter melhores resultados se envolverem estas organizações.

As instituições que tutelam as políticas de cooperação devem dar-lhes mais atenção e apoio, promovendo o seu envolvimento no processo educativo/formativo, porque elas são alternativa, dão voz aos marginalizados, aos outros.